

# PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AV. AFONSO PORTO EMERIM COMPLEMENTAÇÃO ETAPA 02.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA - SEMOT.

Data	Versão	Descrição	Autor
30/04/2025	1°	Pavimentação Asfáltica da Av. Afonso Porto Emerim – Complementação Etapa 02.	Rozelaine Oliveira. Eng. Civil Willian da Silva Machado – CREA/SC 130116-8

Santo Antônio da Patrulha, 30 de abril de 2025.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

O Art.6°, inciso XX, da Lei Federal 14.133/2021 regulamenta a construção deste documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza pelo interesse púbico envolvido e sua melhor solução, embasando os projetos a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

#### 1 – INTRODUÇÃO AO OBJETO.

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para realizar a execução da obra denominada de Pavimentação Asfáltica da Av. Afonso Porto Emerim – Complementação Etapa 02.

Essa obra de pavimentação asfáltica, que inclui serviços de recuperação dos dispositivos de drenagem existentes e sinalização viária, será de extrema importância para melhores condições de tráfego da via, principalmente, para as condições de mobilidade e segurança nos deslocamentos dos munícipes que acessam o município através da referida avenida.

#### 2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista com o Plano de Contratações Anual do Município de Santo Antônio da Patrulha, como se vê no item 4686 daquele documento, estando assim alinhada com o planejamento desta administração.

## 3 – DEFINIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Os serviços para contratação de empresa para a realização das obras de Pavimentação Asfáltica da Av. Afonso Porto Emerim – Complementação Etapa 02, possui natureza especial, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6°, inciso XXI, da Lei Federal n° 14.133/2021.



A Contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência Pública, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço, conforme a Lei Federal n° 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitatórios, nos termos no art. 62, Lei n° 14.133/2021.

**Local e data de entrega:** O serviço deverá ser realizado diretamente na Av. Afonso Porto Emerim, Bairro Menino Deus/Passo dos Ramos, neste Município.

Os serviços prestados estarão sujeitos à análise e caso não atendam as especificações exigidas no edital, o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a correção imediata do serviço.

**Execução e Pagamento:** Execução e Pagamento: A Execução será realizada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global, sendo o pagamento efetivado por 03 (três) parcelas, correspondentes aos serviços estabelecidos para execução, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, efetuados em até 15 (quinze) dias após o término de cada etapa, mediante autorização por escrito — Laudo Técnico — emitido pela Contratante, através dos engenheiros/arquitetos, responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização.

O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada pela empresa contratada no processo licitatório.

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE.**
- Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência da prestação do serviço contratado, sem prejuízo de suas responsabilidades.



- Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na prestação dos serviços.
- Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da **CONTRATANTE.** 
  - Efetuar a correção do serviço, objeto do contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.
- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.

#### RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

Efetuar o pagamento conforme o determinado neste instrumento.

A fiscalização dos serviços, objeto da presente licitação, no momento da execução, será realizada pelos fiscais designados por portaria.

#### 4 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE BENS E SERVIÇOS.

Pavimentação asfáltica, que inclui serviços de recuperação dos dispositivos de drenagem existentes e sinalização viária na Av. Afonso Porto Emerim – Complementação Etapa 02, com 168,00m (cento e sessenta e oito metros) de extensão.

A estimativa do quantitativo exato será definida no projeto básico através de planilha referenciada (SINAPI e SICRO).

O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a critério das partes.

A execução da obra deverá iniciar em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço e será realizada em 03 (três) meses de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

## 5 – ANÁLISES DAS SOLUÇÕES

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução da obra de pavimentação asfáltica da Avenida Afonso Porto Emerim – Complementação Etapa 02, com extensão de 168,00 metros. O escopo contempla, além da pavimentação, a recuperação dos dispositivos de drenagem pluvial existentes e a implantação da sinalização viária. Tal medida justificase pela indisponibilidade de equipe técnica, mão de obra qualificada e maquinário específico por parte da administração pública para a execução direta dos serviços, o que torna imprescindível a

4



terceirização para garantir a qualidade, eficiência e cumprimento dos prazos estabelecidos.

### 6 - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que o valor de contratação seja em torno de R\$ 500.000,00, com base em projetos similares: Concorrência Eletrônica n.º 027/2024, que deu origem ao Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais n.º 179/2024 ou Concorrência Eletrônica n.º 013/2024, que deu origem ao Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais n.º 102/2024.

Vislumbra-se que o tal valor será compatível com os orçamentos com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 16/2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 7 - IDENTIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO

Conforme pesquisa de mercado realizada para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada para realizar o

Pavimentação Asfáltica da Av. Afonso Porto Emerim – Complementação Etapa 02.

Neste sentido, segue indicação de potencial fornecedor, que prestou serviços em licitações anteriores com o objeto similar: CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA PAVICON LTDA – CNPJ 88.256.979/0001/04 e VITERPA VIEGAS TERRAPLANAGEM E PAVIMETNAÇÃO LTDA – CNPJ 93.383.206/0001-29.

Tal referência foi obtida com base no Decreto Municipal n° 016/2023 que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

## 8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1° do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o que deve de buscar a ampliação da competição e de evitar a



concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado a presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

#### 9 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

#### 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS DO CONTRATO

A Secretaria das Obras, Trânsito e Segurança indicará servidores para atuar como fiscais deste contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

Elaboração de minuta do edital;

Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;

Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);

Elaboração de minuta do contrato;

Encaminhamento do processo para análise jurídica;

Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

Publicações e Divulgação do edital e anexo;

Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e ou impugnação, caso aplicável;

Realização do certame, com suas respectivas etapas;

Assinatura e publicação do contrato;

Realização de empenho; e

Expedição e envio do termo de autorização de início da obra, após Autorização de início



de	Obj	jeto	-A	O.

#### 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

## 12 - ANÁLISES DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

IMPACTO AMBIENTAL	MEDIDA DE TRATAMENTO
Descarte de materiais durante a execução da obra.	<ul> <li>- A contratada deverá realizar os descartes dos resíduos provenientes da obra em local devidamente licenciado.</li> <li>- Atender a todos os condicionantes da Licença Ambiental.</li> </ul>
IMDACTO	COCIAI

#### IMPACTO SOCIAL

- Melhora nos deslocamentos dos munícipes ao acessar o município pela avenida;
- Aumento do bem estar social;
- Maior fluidez e segurança do trânsito.

#### IMPACTO ECONÔMICO - MEDIDA DE TRATAMENTO

A utilização de recursos próprios para a execução da obra de pavimentação da Avenida Afonso Porto Emerim – Complementação Etapa 02, implica em impactos econômicos diretos e indiretos para o orçamento municipal.



Do ponto de vista direto, a alocação de verba própria representa uma diminuição imediata na capacidade de investimento em outras áreas prioritárias, como saúde, educação e manutenção urbana, especialmente em um cenário de receitas limitadas e crescente demanda por serviços públicos. Além disso, sem a captação de recursos externos (como convênios ou emendas parlamentares), a totalidade dos custos — incluindo mão de obra especializada, insumos, locação ou aquisição de equipamentos e encargos — recairá sobre o erário municipal.

No entanto, é importante destacar os possíveis retornos indiretos decorrentes do investimento: a melhoria na infraestrutura viária contribui para o aumento da segurança e da mobilidade urbana, reduz o custo de manutenção viária futura e pode valorizar imóveis da região, incentivando o desenvolvimento urbano e comercial local. A médio e longo prazo, esses benefícios podem gerar incremento na arrecadação de tributos como o IPTU e ISS, além de reduzir gastos com manutenções corretivas emergenciais.

Portanto, embora o impacto inicial sobre o caixa municipal seja significativo, o investimento com recursos próprios pode ser considerado viável e estratégico, desde que haja planejamento orçamentário, priorização adequada e equilíbrio fiscal.

Analise de Risco do sucesso da licitação e a boa execução contratual; RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	Deficiência na definição da demanda		ência na definição da demanda	
		Dano potencial		
Probabilidade	Baixa	Superdimensionamento ou subc	limensionamento da	
		demanda		
Ação Preventiv	⁄a		Responsável	
Qualificação da	a equipe	de planejamento;	Equipe de Planejamento	
conhecimento	do escop	00.	da Contratação	
Ação de Contin	ngência		Responsável	
Restabelecime	ato da de	amanda	Equipe de Planejamento	
Restaueleciillei	no da di	zinanda	da Contratação	

Risco 2	Não ap	provação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência.
		Dano potencial
Probabilidade:	Baixa	Atraso no processo de contratação e, consequentemente,
		atraso no início da prestação do serviço.



Ação Preventiva	Responsável
Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em	Equipe de Planejamento
estrita aderência às disposições dos normativos	da Contratação
aplicados à contratação.	
Ação de Contingência	Responsável
Exposição do arcabouço legal em que a contratação de	Equipe de Planejamento
serviços de limpeza deva seguir.	da Contratação

### RISCOS - FASE DE LICITAÇÃO

Risco 3	Deficié	encias do ato convocatório; critér	ios de julgamento, prazos e
	sançõe	s, entre outros.	
Probabilidade	Baixa	Dano potencial	
		Encerramento da Licitação.	
Ação Preventiv	⁄a		Responsável
Capacitação de	servido	res; incorporar as atualizações	Equipe de Licitação
da legislação (a	acórdãos	TCU); Estabelecer rotinas de	
revisão.			
Ação de Contin	ngência		Responsável
Suspensão da l	icitação		Equipe de Licitação

#### RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 4	Inércia	frente a descumprimento de obri	igações contratuais. Falha
	ou omi	ssão no registro dos atos e fatos o	do contrato
Probabilidade	Baixa	Dano potencial	
		Deficiência na prestação dos se	rviços. Prejuízos
		financeiros a Administração	
Ação Preventiv	/a		Responsável
Capacitação de	servido	res; Conhecimento dos termos	
contratuais e de	o serviço	a ser executado.	Fiscal técnico e
Conhecimentos	s das res	ponsabilidades dos fiscais.	administrativo, Gestor do
Estabelecer mo	delos e	rotinas de acompanhamento	Contrato
contratual			
Ação de Contin	ngência		Responsável
Sanções admin	istrativa	s. Responsabilização da Gestão	Fiscal técnico e



e fiscalização contratual.			administrativo, Gestor do
			Contrato
Risco 5		mprimento das obrigações traball GTS da Contratada.	nistas, previdenciárias e
Probabilidade	Baixa	Dano potencial	
		Responsabilização subsidiária d	la Administração
Ação Preventiv	/a		Responsável
Capacitação de	servido	res; Previsão expressa no termo	Fiscal técnico e
de contrato. Co	onhecim	administrativo, Gestor do	
Conhecimentos	s das res	Contrato.	
Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento			
contratual			
Ação de Contin	ngência		Responsável
Conferência ro	tineira d	Fiscal técnico e	
trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da			administrativo, Gestor do
Contratada.			Contrato.
Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento			
contratual		-	

## 13 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

## 14 - APROVAÇÃO E ASSINATURA

O Estudo Técnico Preliminar está aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos, Unidade Administrativa Requisitante e pela Autoridade Máxima Competente.

Santo Antônio da Patrulha, 30 de abril de 2025.

INTEGRANTE TÉCNICO: Eng. Civil William da Silva Machado – CREA/SC 130116-8



INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: Rozelaine Oliveira – Diretora Administrativa de Obras UNIDADE ADMINISTRATIVA: Marcelo Santos da Silva - Secretário Municipal das Obras, Trânsito e Segurança

AUTORIDADE MÁXIMA COMPETENTE: Rodrigo Gomes Massulo - Prefeito Municipal.